

Inimigos públicos: cinco casos de abuso que marcaram a semana

Com certeza, País registrou muitos outros. Mas estes se tornaram públicos e escancaram a violência contra a mulher, mesmo quando ela só tem 2 anos

[\(Brasileiros, 16/09/2016 - acesse no site de origem\)](#)

Pedro Chavarry é um senhor de 62 anos. É coronel reformado da Polícia Militar. Nasceu em Olaria, na zona norte do Rio de Janeiro. Entrou para a PM aos 19 anos. Formou-se em Direito e acumulou passagens por batalhões em São Cristóvão, Campos de Goytacazes, Bangu e Olaria, acumulando chefias em cargos administrativos consideráveis. Chegou a ser descrito como homem sério, trabalhador, competente, católico praticante. Há uma semana, esse mesmo senhor, Pedro Chavarry, foi flagrado em um posto de gasolina em Ramos, na mesma zona norte da cidade, acompanhado de uma menina de 2 anos.

Ela estava seminua no banco do carona do carro. Chorava. Sua calcinha estava “revirada”. No flagrante, esse senhor de 62 anos, coronel reformado, tentou subornar PMs diante da situação grotesca. Ele sabia o que estava fazendo. Chavarry foi preso por estupro de vulnerável e corrupção ativa por ter tentado “comprar” os policiais que o flagraram.

Esse mesmo senhor de cabelos bem cortados e barba feita, que usa óculos de aros finos, também é alvo de investigação no Ministério Público do Rio, que apura denúncia de suposto desvio de verba na Caixa Beneficente da Polícia Militar do Estado (entidade que oferece aos associados “benefícios e serviços diferenciados, pensados especialmente para atender à família policial militar”), da qual era presidente quando foi preso. De acordo com seu advogado de defesa, o oficial alega inocência.

A ficha do coronel não é boa. No início dos anos 1990, ele foi acusado de maus-tratos de crianças, mas foi absolvido. Suspeito de tráfico de crianças,

nada foi comprovado. Também foi denunciado pelo Ministério Público, em 1994, porque seu nome integrava a famosa lista de propinas do jogo do bicho. Não deu em nada. Chavarry se livrou dessa acusação também.

Só agora, quando esse senhor chega aos 62 anos, Chavarry ganha notoriedade pela acusação de estupro de uma menina de 2 anos.

Outro senhor

Jair Bolsonaro também é um militar da reserva. Está em seu sexto mandato na Câmara dos Deputados. Já passou pelo PP, o tal Partido Progressista, e atualmente é filiado ao PSC, Partido Social Cristão. É pré-candidato para as eleições à Presidência do Brasil em 2018. Jair tem 61 anos, defende a ditadura civil-militar no Brasil e considera a tortura uma prática legítima.

No dia 14 de setembro, quarta-feira, durante uma sessão da comissão geral da Câmara que debatia a violência contra a mulher, Jair Bolsonaro (que tem três filhos políticos) protagonizou cena patética e perigosa. Depois de uma representante de um grupo de mulheres lésbicas ter dito que existe na Casa deputado que usa a tribuna para fazer apologia ao estupro, começou a confusão. Bolsonaro começou a protestar contra a oradora, querendo que a fala da representante fosse interrompida. Quem presidia a comissão geral era a deputada Maria do Rosário, que garantiu a palavra à oradora.

Para quem não se lembra, em junho deste ano o STF abriu dois processos contra Jair Bolsonaro por injúria e apologia ao crime. Os processos foram abertos após esse senhor de 61 anos, barba rente e cabelos bem cortados ter declarado, na mesma Câmara dos Deputados, que a deputada Maria do Rosário, do PT, não merecia ser estuprada porque ele, Jair Bolsonaro, a considera “muito feia”.

Naquele mesmo dia, a comissão teve de administrar outro tumulto envolvendo Jair Bolsonaro. Depois que a vice-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil no Distrito Federal, Daniela Teixeira, convidada da comissão, pediu a punição a agressores de mulheres, citando o deputado, houve bate-boca no plenário. Quando teve licença para falar, Bolsonaro disse ao microfone que aquela sessão era um “desserviço à mulher vítima de

violência”.

Lamentável. Enquanto agressores não forem punidos, a violência contra a mulher não irá diminuir.

Um dia antes, na terça, 13 de setembro, uma funcionária do Instituto Lula foi vítima de agressão de conteúdo misógino e sexual. O episódio aconteceu na porta de um restaurante no Ipiranga, em São Paulo. Um grupo de seis homens, ao perceber que ela e colegas trabalhavam no instituto, se aproximou e começou a xingá-los de ladrões. Essa funcionária pegou o celular para gravar a situação. Foi, então, que um dos seis homens abriu o zíper de sua calça, colocou o pênis para fora e disse que ela, a funcionária do Instituto Lula, deveria fazer sexo oral com ele. Um B.O. foi lavrado em delegacia de polícia.

Fato: a pesquisa Percepções do Homem sobre a Violência contra a Mulher, feita pelo Data Popular e o Instituto Avon em 2013, mostra que 56% dos homens admitem que já xingaram, empurraram, agrediram com palavras, deram tapa, soco, impediram de sair de casa e obrigaram a fazer sexo.

Outros casos

No dia 14, a mesma quarta-feira protagonizada por Jair Bolsonaro, outro caso público apareceu na Câmara de Curitiba, Paraná: o vereador Professor Galdino, do PSDB, foi conduzido pela Guarda Municipal à Delegacia da Mulher, depois de a vereadora Carla Pimentel, do PSC, tê-lo acusado de agressão física e sexual.

O caso teria ocorrido dentro de uma sala na Câmara, na presença de outros parlamentares. A denúncia agora vai ser analisada em audiência, prevista para acontecer na semana que se inicia. Segundo a vereadora, Galdino a teria apalpado. Ele nega. Bom lembrar que Galdino já foi alvo de três processos no Conselho de Ética na Câmara por racismo, assédio e quebra de decoro. Nesta legislatura, o vereador responde a processo na corregedoria contra jornalista da Casa por assédio moral e ofensa.

A boa notícia da semana é que Edson Fachin, ministro do STF, decidiu que vai investigar a queixa apresentada pela estudante de jornalismo Patrícia

Lellis contra o deputado Marco Feliciano (PSC) por tentativa de estupro. Ele atendeu ao pedido da Procuradoria Geral da República e determinou abertura de inquérito para apurar o caso.

Dá alguma esperança de que o caso se esclareça.

Fernanda Cirenza